Globethics Repository



O fim do monopólio do professor e da instiuição escolar [The end of the teacher's monopoly and educational institution]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Costa, Andriolli
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-05 11:28:50
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/158476

O fim do monopólio do professor e da instituição escolar

Para a pesquisadora Ana Maria Monteiro, os alunos são instados por uma quantidade infinita de informações, o que implica que o papel da educação escolar deve ser reflexivo e crítico

Por Andriolli Costa e Ricardo Machado

"Quero deixar claro que essa concepção que defendo implica desenvolver educação reflexiva e crítica, e não apenas informativa. As informações estão disponíveis nas mídias e redes sociais. Na escola, temos a oportunidade e o dever de auxiliar nossos alunos a compreender a construção histórica da vida social e a produzir conhecimentos sobre o mundo com as informações que recebem e podem acessar", considera a professora doutora Ana Maria Monteiro, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. "Nem o professor nem a instituição escolar possuem mais o monopólio da divulgação da informação. Nesse sentido, aulas para a simples transmissão de informações tornaram-se anacrônicas e desinteressantes. Nós professores temos que aproveitar a disponibilidade de acesso à informação e desenvolver em nossas aulas projetos de pesquisa, busca de estabelecimento de relações, problematizações", complementa.

Segundo Ana Maria, ao longo do século XX, sobretudo durante o recrudescimento do regime militar, a partir da década de 1970, houve uma série de mudanças nas formas de organização do currículo escolar, o que implicou a retirada das disciplinas de Geografia e História, para dar lugar, por exemplo, a "Moral e Cívica". "O movimento em defesa do ensino da Sociologia e Filosofia no Ensino Médio gerou lei que as tornou obrigatórias a partir da década de 1990. E hoje nos defrontamos com o desafio de dar conta dessas disciplinas no mesmo calendário escolar de escolas de dois turnos, o que acaba por acarretar a redução da carga horária das disciplinas no currículo", avalia a professora.

"Defendo a manutenção das disciplinas no currículo, de um currículo disciplinarizado, pois elas são a base a partir da qual os saberes são organizados e reelaborados didaticamente, e também lugar de formação de nossos professores. Porém, se faz urgente o trabalho interdisciplinar que possibilite a potencialização das abordagens sobre temas comuns das áreas das Ciências Sociais", argumenta.

Ana Maria Monteiro é graduada em licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Realizou mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF e doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio. Atualmente é professora associada da UFRJ, onde exerce a função de Diretora da Faculdade de Educação. Coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História – LEPEH, integra também como pesquisadora o Núcleo de Estudos de Currículo – NEC da Faculdade de Educação/UFRJ e o grupo de pesquisa interinstitucional Oficinas da História. É autora, entre outros, de *Professores de História: entre saberes e práticas* (Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007) e *Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas* (Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2013).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Muitos têm questionado os atuais currículos de Ciências Sociais na educação básica, que separaram diversas disciplinas sem, no entanto, aumentar a carga horária. Qual a sua visão sobre isso?

Ana Maria Monteiro – Os currículos expressam o resultado das opções das gerações adultas sobre o que é importante ser ensinado e aprendido pelas gerações mais novas. Estão, portanto, sujeitos às mudanças culturais, sociais e políticas, como também continuamente desafiados a incorporar as novas contribuições das pesquisas científicas. Nesse sentido, alguns autores têm utilizado a metáfora da "arena po-

lítica e cultural" para se referir ao currículo.

As disputas e polêmicas parecem se aguçar no que se refere ao ensino das disciplinas das Ciências Sociais que abordam saberes diretamente voltados à formação de cidadãos e à viabilização de participação política, o que parece confirmar o papel estratégico e crucial desempenhado pelo currículo e pelos saberes escolares na leitura de mundo e construção de um projeto político de sociedade. Assim, ao longo do século XX – e mais intensamente a partir da década de 1970 –, temos acompanhado uma série de mudanças nas formas de organização do currículo que implicaram a retirada de disciplinas como, por exemplo, a História e a Geografia no 1º Grau, determinada pela Lei 5.692/71, substituídas por Estudos Sociais; e a inclusão de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política Brasileira – OSPB, pela mesma lei, disciplinas estas excluídas a partir de 1985, com o retorno do ensino de História e Geografia no 1º Grau, e depois no Ensino Fundamental e Médio, com a Lei 9.394/96.

O movimento em defesa do ensino da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio gerou lei que as tornou obrigatórias a partir da década de 1990. E hoje nos defrontamos com o desafio de dar conta dessas disciplinas no mesmo calendário escolar de escolas de dois turnos, o que acaba por acarretar a redução da carga horária das disciplinas no currículo.

Defendo a manutenção das disciplinas no currículo, de um currículo disciplinarizado, pois elas são a base a partir da qual os saberes são organizados e reelaborados didaticamente, e também lugar de formação de nossos professores. Porém, se faz urgente o trabalho interdisciplinar que possibilite a potencialização das abordagens sobre temas comuns das áreas das Ciências Sociais.

Isso implica, necessariamente, revisão de programas em sua sequência e organização para compatibilizar a realização de projetos interdisciplinares. E exige tempo de planejamento para que os professores possam pensar, planejar e avaliar o desenvolvimento deste trabalho realizado de forma integrada. O que não é possível é continuarmos nesta lógica aditiva, principalmente no que se refere à História – que sempre terá novos temas a serem abordados –, e que disputa com outras disciplinas o tempo para seu ensino. Discordo de uma organização por áreas que anule a base disciplinar e que esvazie o currículo dos saberes necessários à formação cidadã.

Quero deixar claro que essa concepção que defendo implica desenvolver educação reflexiva e crítica, e não apenas informativa. As informações estão disponíveis nas mídias e redes sociais. Na escola, temos a oportunidade e o dever de auxiliar nossos alunos a compreender a construção histórica da vida social e a produzir conhecimentos sobre o mundo com as informações que recebem e podem acessar.

IHU On-Line – Qual o papel de atuação do historiador quando este se depara com um mercado que exige dele aulas de áreas correlatas como Filosofia, Sociologia, etc.?

Ana Maria Monteiro – Como defendi na resposta anterior, cabe ao professor de História buscar se articular com professores dessas disciplinas para que as diferentes abordagens potencializem o estudo reflexivo de temas a serem abordados. Isso exige reorganização curricular, o que implica alterar algumas tradições consolidadas no ensino das disciplinas como, por exemplo, a "história quadripartite"[1] tão questionada, mas ainda base de referência para o ensino de História.

Defendo que o Estado precisa melhorar as condições de trabalho para que tenhamos professores suficientes para o ensino das diferentes disciplinas. Assumir disciplina para a qual você não foi formado é improvisação e aposta na precarização da educação.

Os governantes precisam se convencer que oferecer educação de qualidade exige recursos financeiros para que tenhamos, além de instalações escolares adequadas, professores com formação inicial e continuada consistente. Os professores devem lutar para que tenhamos os docentes em número suficiente. Para isso precisamos, também, de salários atraentes no magistério e condições de trabalho que possibilitem a realização da atividade docente em uma escola, com remuneração compatível e tempo para o desenvolvimento do trabalho com qualidade.

IHU On-Line – Tendo em vista os frequentes questionamentos à verdade histórica, como esta se localiza dentro do paradigma da incerteza?

Ana Maria Monteiro – Vários autores têm nos ensinado que vivemos no meio de disputas entre diferentes regimes de verdade. A "verdade" deve ser buscada nas pesquisas, é meta a ser alcançada, horizonte para o trabalho de pesquisadores científicos. Os historiadores, em seus estudos, produzem e fundamentam versões que são geradas a partir de diferentes teorias e metodologias de pesquisa. Mas uma vez a pesquisa realizada, novas questões podem ser levantadas e "verdades" tornam-se versões.

Mas, qual a versão "que cai na prova?", perguntam os alunos. Os professores precisam se manter atualizados e se posicionar diante das diferentes versões. É preciso, também, que os alunos aprendam como se faz a história, como se produz o conhecimento histórico, mas, também, qual a versão mais atual e eticamente comprometida. Contrastar versões e criticá-las é um excelente exercício a ser realizado em aulas de História.

IHU On-Line – Se antes a escola era lugar de propagação de saber legítimo, hoje, graças às novas tecnologias e produtos midiáticos de fundamentação histórica, o acesso à informação permite diversas novas formas de acesso a esse conhecimento. De que forma estas mudanças tensionam o ensino da História e o próprio papel do professor?

Ana Maria Monteiro – Certamente o acesso quase ilimitado à informação tensiona o ensino da História e de outras disciplinas também. Nem o professor nem a instituição es-

1 Trata-se de um modo de divisão da história europeia em Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea. Em outras palavras, quer dizer que apesar de estarem integradas, ou unidas, em um mesmo contexto (história européia) são quadripartite. (Nota da **IHU On-Line**)

colar possuem mais o monopólio da divulgação da informação. Nesse sentido, aulas para a simples transmissão de informações tornaram-se anacrônicas e desinteressantes. Nós professores temos que aproveitar a disponibilidade de acesso à informação e desenvolver em nossas aulas projetos de pesquisa, busca de estabelecimento de relações, problematizações. No lugar de apresentar relatos já equacionados, utilizar o tempo da aula para desestabilizar, pôr em questão verdades estabelecidas, preconceitos, discriminações, compreender que há origens históricas. Ensinar que somos todos iguais, seres humanos que somos, mas muito diferentes. Aprender, compreender e estabelecer o diálogo com a experiência do "outro" é, no meu entender, o maior desafio do ensino de História hoje.

IHU On-Line – Por questões de ordem didática, é preciso que o historiador selecione determinados acontecimentos da historiografia mundial a serem apresentados em sala de aula. De que forma mudanças nos atuais paradigmas da disciplina influenciaram na mudança desta seleção?

Ana Maria Monteiro – As mudanças nos atuais paradigmas da disciplina influenciam muito no sentido, por exemplo, de realizarmos uma revisão em abordagens pautadas pela preocupação com a construção da ideia de nação, ou com a denúncia de situações de exploração que levaram a uma perspectiva de vitimização com efeitos contrários ao que se esperava. No lugar de uma reação à situação de exploração, víamos alunos acuados e assumindo posições de subalternidade. Atualmente, a influência da história cultural tem sido importante para a abordagem dos processos de formação e desenvolvimento das sociedades e grupos com suas características próprias. Mas não podemos esquecer que ensino de História e das demais Ciências Sociais e Filosofia é questão política, envolve relações de poder que se expressam naquilo que enfatizamos, afirmamos e naquilo que negamos, omitimos. Currículo contribui para a formação de identidades sociais. Aquilo que aprendemos e vivenciamos nas escolas é constituinte de nossas identidades, para o bem e para o mal.

> "Nós professores temos que aproveitar a disponibilidade de acesso à informação e desenvolver em nossas aulas projetos de pesquisa, busca de estabelecimento de relações, problematizações"

IHU On-Line – A Lei nº 10.639/03 estabelece o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas. Como ela vem sendo recebida? Que outras medidas são necessárias para promover um ensino de uma história pós-colonial?

Ana Maria Monteiro – A Lei 10.639 e posteriormente a 11.545 foram bem recebidas pelos professores que, no entanto, sentiram-se muitas vezes despreparados para desenvolver este trabalho com propriedade. Essa temática, inclusive, era abordada de forma insuficiente nos cursos de graduação. A Lei provocou um interesse maior por esses temas e a divulgação de pesquisas com novas abordagens que possibilitaram um ensino que apresenta os africanos não mais como "escravos" – conceito que expressava uma essencialização da condição –, e sim como "escravizados", que possibilita a compreensão da historicidade da condição de submissão. O desafio atual é como inserir esses conteúdos nas aulas de modo que não se tornem apenas um capítulo a mais no fim do livro ou do ano letivo, ou um texto complementar.

Defendo que o ensino de história precisa ser reorganizado, principalmente a história do Brasil, para que a abordagem eurocêntrica dê lugar a uma abordagem que torne possível a compreensão da constituição da sociedade brasileira a partir das ações e interações dos diferentes grupos, com suas lutas, resistências e realizações.

IHU On-Line – Deseja acrescentar mais alguma coisa?

Ana Maria Monteiro – Ao longo de minha trajetória profissional, que iniciei como professora primária, depois professora de História nos ensinos fundamental e médio, e na educação superior, trabalhei com o ensino da disciplina que sempre me apaixonou e desafiou. A experiência com um projeto de reformulação curricular para a retirada de Estudos Sociais e o retorno da implantação da História e da Geografia no currículo das escolas da cidade do Rio de Janeiro em 1986-1990 me possibilitou o envolvimento com os estudos de currículo e o trabalho com a formação de professores.

Desde 1994 trabalho na UFRJ com a formação inicial e continuada de professores de História e com a pesquisa em ensino da história, tema de minha tese de doutorado e pesquisas recentes. Ao longo desses anos tenho vivido e acompanhado as lutas dos professores, a denúncia da crise da escola pública e, também testemunhei, trabalhos admiráveis com resultados relevantes.

A escola precisa ser reformulada, reinventada, mas considero que ainda é uma instituição fundamental para a formação de cidadãos, atores sociais, com pensamento crítico e criativo e reponsabilidade social. Como já afirmei em artigo publicado em 2004 na *Revista Nossa História*, considero que professores ainda são necessários e, entre eles, professores de História com suas possibilidades de fazer compreender que não somos reféns de nossa circunstância, construída historicamente e, portanto, somos capazes de colaborar para construir outras alternativas de vida como agentes de transformação social.